

Sistema de Saúde poderá acabar com a dispersão de esforços e recursos

O Sistema Nacional de Saúde representa avanço em relação ao que existia até agora no País, porque visa eliminar a dispersão de esforços e recursos, acabar com as atividades paralelas com a falta de coordenação entre os órgãos que atuam no setor em todo o país, ligados aos governos federal, estaduais e municipais e à iniciativa privada, muitas das vezes concorrendo entre si ou adotando medidas superpostas com a perda de tempo e aproveitamento indevido de recursos humanos e financeiros.

A afirmação foi feita pelo presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Helvécio Boaventura Leite, logo após a instalação da V Conferência Nacional de Saúde, que se realiza em Brasília. O primeiro passo nesse sentido — disse — foi a criação do Ministério da Previdência Social, que já representou uma avanço extraordinário, conferindo maior dinâmica aos setores assistenciais do INPS a ponto de mudar completamente a imagem do Instituto em apenas um ano.

MEDICINA MODERNA

Accentuou que é pequena a participação da iniciativa privada nas atividades de saúde de interesse coletivo, mas no atendimento individual ela é predominante, onde se destaca, por sua importância, o Hospital, considerado hoje o centro de trabalho da medicina moderna e indispensável em qualquer sistema de saúde. Pelo Cadastro Hospitalar Brasileiro, editado pelo Ministério da Saúde, pode-se observar que o Brasil possui 4.067

hospitais, dos quais 660 (16,23%) oficiais e 3.407 (83,77%) particulares. Quanto ao número de leitos, 124.601 (33,9%) pertencem a órgãos governamentais e 242.921 (66,1%) são da iniciativa privada.

Além dessa participação no atendimento médico-hospitalar, principalmente na área da Previdência Social, onde 70% dos hospitais mantêm convênios com o INPS, possibilitando a execução dos programas governamentais de assistência ao maior número possível de pessoas, a iniciativa privada atua na área do saneamento básico, colaborando na difusão de normas de higiene pessoal e coletiva e na identificação de focos de moléstias transmissíveis, através de um adequado sistema de comunicação de casos detectados em hospitais e mesmo em consultórios.

MÃO-DE-OBRA

As principais dificuldades em aumentar a assistência médico-hospitalar e melhorar o seu nível estão na carência de mão-de-obra e na falta de recursos que os hospitais enfrentam para aquisição de equipamentos mais modernos, de modo a acompanhar o progresso tecnológico no setor da medicina, principalmente nas regiões de menor renda per-capita. Esta parte acreditamos que possa ser resolvida com a aplicação dos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Quando à mão-de-obra, acha o presidente da Federação Brasileira de Hospitais que ao governo caberá a formação profissional e à

iniciativa privada a formação técnica principalmente dos componentes das equipes médicas dos hospitais.

Defendeu a criação de convênios, cabendo ao governo o fornecimento dos recursos e à iniciativa privada a execução dos programas destinados ao preparo de novos especialistas na área de saúde. Exemplificou com o convênio entre o Ministério do Planejamento, através do Plano Nacional de Treinamento de Executivos, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Pesquisas Hospitalares (IPH), que ministra cursos para administradores hospitalares em todas as grandes cidades. Nesta área, o único curso existente no Brasil é particular. Os hospitais com mais de 200 leitos deverão criar cursos de graduação para técnicos no campo da enfermagem e dos serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento.

O atual número de profissionais de saúde não atende às nossas necessidades médico-sanitárias, sendo esse déficit agravado pela distribuição irregular dos que atuam no setor, face à completa ausência de coordenação entre as entidades oficiais e particulares que se dedicam à saúde. As dificuldades atuais podem ser comprovadas com o aumento das taxas de mortalidade. Acreditamos que este quadro possa mudar nos próximos anos com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Saúde, através de reuniões frequentes entre autoridades e técnicos governamentais e os representantes da iniciativa privada, responsável pela maioria dos atendimentos médico-hospitalar no País.